



MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos

Diretoria de Políticas para Quilombolas e Ciganos  
Coordenação-Geral de Políticas para Quilombolas

ATA DE REUNIÃO

**ATA 4ª REUNIÃO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA AQUILOMBA BRASIL**

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas (horário de Brasília-DF), na Sala T23, localizada no Bloco K da Esplanada dos Ministérios, foi realizada a **Quarta Reunião do Comitê Gestor do Programa Aquilomba Brasil** instituído por meio do Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023.

A relatoria da reunião foi realizada por representantes da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial (SQPT/MIR). Estavam presentes na 4ª Reunião Ordinária representantes membros – titulares ou suplentes – do Comitê Gestor: **Paula Balduino de Melo** da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial; **Murilo Botelho**, da Fundação Cultural Palmares (FCP); **Eduardo F. de Araújo** da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC); **Dalila Fernandes de Negreiros da** Secretaria Adjunta VI da Secretaria Especial de Análise Governamental, da Casa Civil; **Camila Batista Marins Carneiro** do Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); **Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues**, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); **Marcos Moreira da Costa** da Coordenação de Atenção à População Negra da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (MS); **André Luiz Dias de Oliveira** do Departamento de Universalização e Políticas Sociais de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME); **Atiliana S. Vicente Brunetto**, do Ministério das Mulheres (MM).

Como representantes convidados estavam presentes: **Monica Moraes Borges** da Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas da Diretoria de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); **Isabela Patrícia Camargo Soares da Cruz** da Coordenação-Geral de Identificação e Mapeamento de Quilombos e Povos e Comunidades Tradicionais e Proteção Territorial da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); e **Claudia Andrade** do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

Como representantes da SQPT/MIR estavam: **Rozembergue Batista Dias**, Coordenador-Geral de Políticas para Quilombolas; **Priscila Ribeiro da Cruz** e **Victor Lemes Cruzeiro**, da Coordenação de Políticas Públicas para Quilombolas; e **Walisson Braga da Costa**, da Coordenação de Gabinete da SQPT/MIR. Pela Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SENAPIR/MIR), **Pedro Lucas Pereira Gonzaga Braga**.

Considerando que os presentes garantiram o quórum de maioria simples, a 4ª Reunião Ordinária se iniciou com a discussão acerca das pautas informadas no ofício convite (43165816) encaminhado aos membros que foi a seguinte:

- a. Leitura da ata da última reunião;
- b. Informe sobre o Plano de Ação do Aquilomba Brasil;

- c. Apresentação dos novos representantes dos ministérios;
- d. Apresentação e aprovação da identidade visual do Aquilomba Brasil; e
- e. Apresentação e deliberação sobre o conteúdo da Cartilha de Políticas Públicas para Quilombolas.

#### **Durante a reunião foram discutidos:**

Foi iniciada a reunião com informes gerais dos ministérios: MMA tratou da reunião da Câmara Técnica que ocorrerá nos dias 11 e 12 de abril para a construção do Plano. Pela SQPT/MIR o informe foi sobre o andamento do Grupo de Trabalho da Agenda Nacional de Titulação e ainda sobre o andamento da implementação do Comitê Gestor da PNGTAQ. Pelo MME foi informado que o Departamento de Universalização está realizando busca ativa para PCTs e que em Oriximiná-PA há demanda de energia pelas comunidades quilombolas. Pelo MMulheres houve o informe da instalação no dia 19 de março de quatro fóruns nacionais voltados para a elaboração, promoção e fortalecimento de políticas públicas para as mulheres do movimento Hip-Hop; do campo, da floresta e das águas; quilombolas; da pesca, aquicultura artesanal e marisqueiras. As instalações devem garantir espaços de diálogo e debates sobre desigualdades, acesso a políticas públicas, ações afirmativas, igualdade de gênero, enfrentamento à misoginia e aos diversos tipos de violência que afetam essas mulheres.

Pelo MEC, o informe foi sobre a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq) tem como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola. O público-alvo é formado por gestores, professores, funcionários, alunos, ou seja, a Pnearq abrange toda a comunidade escolar. Na ocasião o MEC informou que a SECADI apresentou para a SQPT. Houve o informe também do PDDE - acesso ao fundo para compra de materiais específicos, do PDDE Básico: água e campo para os quilombolas e propôs uma apresentação em outro momento no âmbito do comitê. Ainda na educação, a parceria com a CAPES para realização de 24 cursos de licenciatura para educação escolar quilombola que entra numa rota do mesmo patamar do Pronacampo.

Casa Civil ressaltou sobre o Plano de Ação e os prazos estabelecidos no Decreto 11.447/2023. SQPT/MIR explicou as etapas sobre a elaboração do plano de ação, das dificuldades. E mencionou a recente tentativa com a SEPLAN/MPO. Sobre os eixos transversais dentro da igualdade racial e que a política para quilombola constará em um dos eixos. A previsão de lançamento das ações transversais de igualdade racial é para o dia 22 de maio. Casa Civil lembrou de que o Decreto não especifica o que terá de conteúdo no plano de ação e que é a proposta pelas ações transversais é um caminho viável. E quanto a representação da sociedade civil no Comitê Gestor precisa publicizar o representante o quanto antes. SQPT/MIR disse que haverá reunião do CNPIR ainda em março e colocará na pauta. SQPT/MIR explicou sobre a metodologia de atuação para as ações transversais de igualdade racial e foi solicitado à Casa Civil apoio para articulação junto à SEPLAN/MPO para manter a proposta de um eixo específico para quilombolas.

A Ata da Ata da 3ª reunião ordinária foi aprovada por todos e irá para publicização no site do MIR.

MME falou sobre a tarifa social de energia elétrica e muitos quilombolas não acessam ainda pois não estão no CADUNICO. Ainda esclareceu que a comunidade acessa a energia elétrica, mas paga um valor normal por não estar na tarifa social.

Casa Civil propôs como meta por exemplo, mas pensar em determinadas metas quantitativas a partir do censo como incluir o cadastramento no CADUNICO que é a porta de acesso a diversas políticas sociais. SESAN/MDS esclareceu que muitas famílias estão no CADUNICO, mas o que precisa garantir é que esteja cadastrado como "quilombola".

SQPT/MIR falou da cartilha e o MME sugeriu que tem um tema importante para inserir que é a conscientização sobre o uso racional de energia elétrica. Quanto a divulgação da cartilha algumas sugestões foram dadas: idas aos territórios, caravanas para conhecimento, vídeos explicativos também seria uma ferramenta importante para além da impressão do material da cartilha.

FCP/MINC sugeriu no texto da cartilha que contenha se inscrever no CADUNICO como "quilombola" porque os acessos são diferentes.

SQPTMIR informou sobre as entregas do PPA que constará um curso de formação dos gestores e servidores dos municípios e campanhas de sensibilização relacionadas a pauta quilombola.

SQPT/MIR informou que inicialmente serão impressos 10 mil exemplares da cartilha e a Casa Civil ressaltou que é um número baixo, bem como o material deve estar explícito sobre as informações dos acessos às políticas e essencial contemplar quem não tem acesso à tecnologia. E sugeriu que casos assim sejam trazidos para o Comitê Gestor. SESAN/MDS sugeriu também que um bom exemplo de material que as comunidades acessaram e não ficou em desuso é um caderno elaborado em 2014, que funcionava como um caderno de anotações além das informações sobre as políticas. Quanto à importância do CADÚNICO, MEC exemplificou dos programas estratégicos e a busca ativa para o Programa Pé de Meia, não haviam números exatos de estudantes quilombolas no ensino médio por isso a opção foi a partir do Cadastro para o programa. Por isso é importante o estímulo de inscrição do cadastro como quilombola.

CAPN/SAPS/MS informou que a população quilombola foi inserida na nota técnica para a campanha de vacinação da dengue que começará em 25 de março.

SQPT/MIR apresentou a identidade visual do Aquilomba e foi aprovada pelos membros a última revisão.

SQPT/MIR trouxe um assunto discutido com a Procuradoria do INCRA sobre acesso a dados de terra. E que seria importante o conhecimento entre os órgãos sobre os dados com informações para quilombolas para esse compartilhamento. Casa Civil lembrou do painel de monitoramento da época do SEPPIR do monitoramento da Juventude Viva e do Brasil Quilombola. Era uma experiência importante para se apropriar e pensar em revisitar isso. Pensar em um banco de dados próprio do Programa Aquilomba Brasil.

SENAPIR/MIR explicou sobre a construção do BI que está sendo elaborada e já tem informações do Censo, do INCRA da certificação da Fundação Palmares. Tem também dados do censo escolar. INCRA informou que também utiliza os dados do MDHC que se chama SIMOP e tem uns marcadores que podem ser utilizados. SESAN/MDS disse que o Cadastro Único tem uma plataforma que irá divulgar. CAPN/SAPS/MS disse que na Atenção Primária tem dados das comunidades e das EMULTI. Já na Atenção Secundária e Terciária seria mais complexo porque no quesito raça cor entraria como negro. SAGICADI/MEC informou que o censo escolar tem um BI bem completo e aberto.

Ao fim dessa discussão SQPT/MIR informou sobre a necessidade de reflexão sobre um banco de dados a partir de trocas com os órgãos, que o monitoramento se daria a partir disso e pensar em dados de 2023.

MMulheres sugeriu na identidade visual do Aquilomba que tenha foto da comunidade, em roda, reunidos. SQPT/MIR irá verificar no banco de imagens.

SQPT/MIR informou que haverá a necessidade de uma reunião extraordinária para abril por conta das demandas da cartilha. Casa Civil disse sobre a necessidade de representação da sociedade civil para a validação da cartilha.

### **Encaminhamentos:**

1. Cartilha será enviada para colaboração enviar para os setores dos membros do comitê gestor com prazo de duas semanas a partir do envio do MIR para os ministérios.
2. Possível reunião extraordinária para abril em virtude dos desdobramentos da cartilha.
3. Para a próxima reunião: partilhar o BI em construção do MIR já que usa banco de dados públicos.
4. Para os membros dos ministérios: o que há sistematizado em 2023 em cada segmento com desagregação para quilombola e trazer para o grupo, a fim de pensar num fluxo de troca de informações e de como se daria a periodicidade de coleta de dados.
5. Para a próxima reunião: órgãos apresentarem as ações para quilombolas.
6. SQPT/MIR elaborar resolução ou portaria com os nomes dos membros atualizados.

*(assinado eletronicamente)*

**PAULA BALDUINO DE MELO**

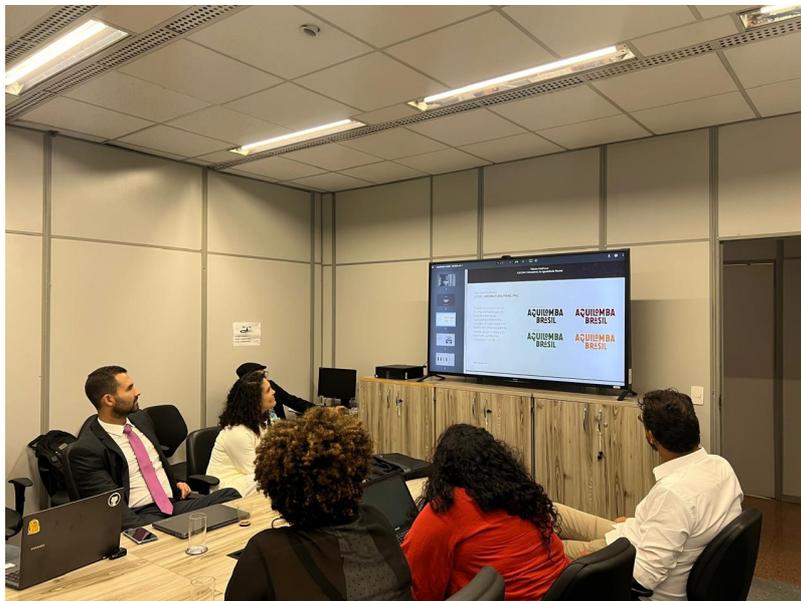
Representante Suplente do Comitê Gestor do Programa Aquilomba Brasil

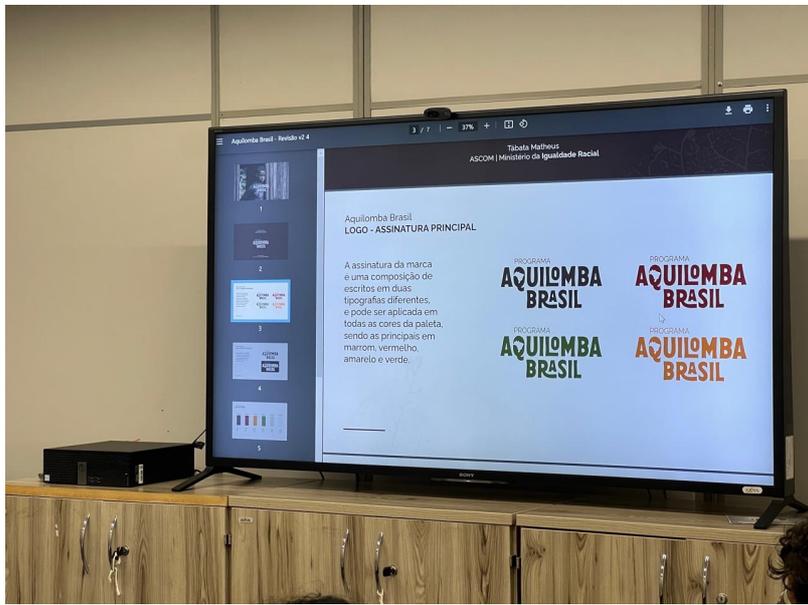
Diretora de Políticas para Quilombolas e Ciganos

Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de

Terreiros e Ciganos

Ministério da Igualdade Racial







Documento assinado eletronicamente por **Paula Balduino De Melo, Diretor(a)**, em 09/08/2024, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **43905261** e o código CRC **FD80648B**.

Referência: Processo nº 21290.200125/2023-94

SEI nº 43905261